



ENSINO DE LÍNGUAS

Ana Claudia Pitman Vilar ¹

RESUMO

No presente estudo, serão abordados alguns aspectos, relacionados ao ensino de línguas, em especial, as de Inglês e de Português, embora seja levantado, de maneira superficial, também, alguns aspectos referentes ao ensino da língua espanhola. Aqui, dar-se-á preferência aos ensinamentos das línguas acima citadas (no caso, inglês e português) por estas fazerem parte das áreas nas quais atua, inclusive, por serem as línguas mais utilizadas como ensino no Brasil, sem destacar a importância do ensino do espanhol, embora, este seja de menor relevância nos casos, relativos ao ensino, em escolas públicas Municipais e Estaduais e em escolas particulares brasileiras. Ainda como parte deste estudo, levantar-se-ão as conclusões de considerações finais onde se “amarra” este trabalho como finalização do mesmo, também na parte final, colocar-se-ão os resultados obtidos com esta pesquisa aqui levantada.

Palavras-chave: Ensino de línguas, língua portuguesa, língua inglesa, escolas públicas, escolas particulares.

INTRODUÇÃO

JUSTIFICATIVAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL

O ensino da língua estrangeira moderna deve ser entendido como uma nova possibilidade de ver e compreender o mundo e construir significados, além da progressão no trabalho e em estudos posteriores.

O objeto de estudo da língua estrangeira moderna é a língua. E todas as línguas são uma construção histórica e cultural em constante transformação.

Participar do processo que exige o confronto das formas discursivas da língua materna com o que se aprende, permitirá que alunos e professores percebam as possibilidades existentes ao aprender uma língua estrangeira. Assim sendo, o ensino de língua estrangeira, colabora para a elaboração da consciência da própria identidade, pois

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior pela faculdade ALPHA, anapvilar@gmail.com;



o aluno consegue vir- a ser como um sujeito histórico e social como cidadão e da comunidade como formação social.

O trabalho pedagógico com a língua portuguesa / literatura considerará o processo dinâmico e histórico dos agentes na interação verbal, tanto na constituição social da linguagem quanto dos sujeitos que, por meio dela, interagem. Na visão interacionista, a linguagem é interação, forma de ação entre sujeitos históricas e socialmente situados. Fruto da criação humana, ela pode ser considerada como trabalho e como produto do trabalho.

Diante dessa concepção de língua, o texto é visto como um lugar onde os participantes da interação dialógica se constroem ou são construídos. Dessa forma, todo texto é uma articulação de discursos, são vozes que se interligam, é do ser humano, é linguagem em uso efetivo, ao abranger, além dos textos escritos e falados, a interação da linguagem verbal com as outras linguagens (artes visuais, a música, os vídeos publicados, as charges, etc), visando ao multiletramento como unidade básica, como prática discursiva manifestada em enunciações concretas. Suas formas são estabelecidas na dinamicidade, características do trabalho em experiências reais do uso da língua.

OBJETIVOS PARA O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL

O objetivo do ensino de língua estrangeira da educação básica é que os alunos possam analisar as questões de forma global, suas implicações acima de tudo, desenvolvam uma consciência crítica sobre o papel das línguas na sociedade, oportunizando a aprendizagem aos alunos, de conteúdos que ampliem suas possibilidades de entender o mundo, de avaliar os paradigmas já existentes, e novas formas de construir sentidos, reconhecer e compreender a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

JUSTIFICATIVAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Na análise linguística e nas práticas discursivas, o estudo da língua baseia-se no discurso ou no texto, ao buscar verificar como os elementos verbais (os recursos disponíveis da língua) e os elementos extra-verbais (relacionadas às condições e situações



de produção) atuam na construção de sentido de texto, criando condições para que o aluno possa refletir, construir, levantar hipóteses, a partir da leitura e da escrita de diferentes textos, única instância em que permite ao aluno chegar à compreensão de como a língua funciona e à decorrente competência textual.

METODOLOGIA

O referido trabalho aborda o tema: “Ensino de línguas”, levando em consideração alguns referenciais teóricos que levantaram essa questão, relacionada a esse tema. Trata-se, pois, de uma pesquisa bibliográfica que cita, entre outros, Ferdinand Saussure e Vygotsky por terem sido estes ícones na abordagem linguística. Considera-se, aqui, portanto, o processo de ensino-aprendizagem das línguas inglesa e portuguesa por serem as atividades e as áreas da autora desta pesquisa, sem deixar de citar, ainda que, de forma superficial, o processo de ensino-aprendizagem da língua espanhola, dando, porém, menor ênfase a esta língua do que as anteriores.

Não se pode deixar de citar o principal pedagogo do Brasil, Paulo Freire, dada à sua relevância como um teórico brasileiro cuja preocupação com o processo de ensino-aprendizagem o destacou no Brasil e no mundo. Sua preocupação com o processo ensino-aprendizagem o conduziu a sua importância como um Pedagogo importante e de destaque. Levantaram-se, inclusive, neste trabalho, algumas questões consideradas (pela importância dada), como, por exemplo, as perspectivas teóricas surgidas e utilizadas para a compreensão para o surgimento do processo de ensino-aprendizagem como um fator que tem sido tratado desde o século XIX até os dias atuais.

Abordou-se, também, os resultados e as discussões que tratam de todo o conteúdo desta pesquisa sobre o ensino de línguas, além de levantar, também, a história sobre o ensino de línguas no Brasil, procurando, desta forma, conhecer como ocorreu todo o processo histórico do ensino de línguas no Brasil desde o seu surgimento, além de considerar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Leis de Diretrizes e bases (LDB) como fundamentais ao processo do ensino de línguas no Brasil.

Para aprimorar o ensino de inglês e de espanhol, o ideal é o usar textos diversos valorizando a interação e as situações reais de comunicação. Os jovens



independentemente, de sua nacionalidade, veem os mesmos filmes, curtem as mesmas músicas de sucesso internacional, leem os best-sellers, e acessam, ao mesmo tempo, as páginas da internet. Tudo isso eles fazem ao usar o inglês e o espanhol, que amplia cada vez mais seu alcance, isso tudo, além da língua materna.

As pesquisas mais atuais no ensino das disciplinas vinculam-se à perspectiva sócio-interacionista, defendida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) o que leva em conta as necessidades dos alunos. Para Maria Antonieta Alba Celoni, pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), “sempre se deve perguntar porque o brasileiro precisa aprender outra língua e para quê”. No fim do século XX, modelos surgidos a partir de editoras internacionais invadiram as escolas de todo o mundo.

De acordo com a perspectiva sócio-interacionista de Lev Vygotsky (1896 – 1934) mediada pela linguagem sempre num determinado lugar social e num momento da história, e os professores devem saber disso, críticas feitas em relação a outras teorias também aparecem pela falta de preocupação com aspectos políticos, culturais e ideológicos que sempre se associam à linguagem. Para pesquisadores e formadores de professores, as atividades que apresentam maior significação são aquelas que se criam pelas situações reais de comunicação. Outro fator interessante é que haja produção de textos por jovens em outra língua “Se antes havia o modelo do download, de baixar conteúdo da internet hoje existe o UPLOAD, com as pessoas produzindo informação”, explica Lyon Mário Menezes, da Universidade de São Paulo (USP). “Isso se reflete no processo educacional” Os alunos não são passivos diante do conhecimento.

A própria natureza da linguagem exige a consideração de seu uso social, e não apenas, sua organização. Em suma, o ensino do vocabulário, gramática, funções (comprimentar, pedir informação), e questões relativas ao conhecimento sistêmico, a própria língua e sua estrutura passam a ser entendidas como objeto de ensino. É relevante incorporar o contexto de produção dos discursos, ao permitir que se compreenda o uso que as pessoas fazem do idioma ao agir na sociedade.

Ao participarem de uma atividade real, ocorre a aprendizagem dos conteúdos linguísticos pela criança, e também, outros ligados à própria ação. Por exemplo, as crianças perceberão, além do vocabulário e da organização da frase, diversos conteúdos



relacionados à pesquisa em si e ao assunto investigado quando essas crianças buscarem informação num site espanhol.

Há um conceito abrangente, vindo da área da alfabetização que pode ter seu uso em Língua Estrangeira: o desenvolvimento de comportamentos leitores e escritores através das práticas sociais, embora as analogias que o aluno de língua estrangeira faça dos conhecimentos prévios de leitura e escrita.

As seguintes perspectivas e suas maneiras de ensinar tem sua origem nas quatro abordagens teóricas e estruturalistas (voltadas ao ensino da forma, da gramática) e a enunciativa. São elas:

1) Perspectiva Tradicional

Usada no século XVI no ensino do grego e do latim, tem como foco dominar a gramática normativa e a tradução literal. Suas estruturas de ensino são o trabalho com textos, em exercícios e tradução, e a memorização de regras gramaticais e de vocabulário, com o uso de ditados.

2) Perspectiva Direta

Foi oficialmente instituída no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 por Antônio Carneiro Leão (1887 – 1866), seu principal defensor, que publicou em 1933 o livro: O Ensino de Línguas Vivas.

Essa perspectiva tem como foco que o estudante possa começar a pensar na outra língua por meio do contato direto com o idioma, sem traduzi-lo.

Suas estratégias de ensino são: exercícios de conversação, com base em modelos de perguntas e respostas. A língua materna não é usada, e a sua compreensão é feita por gestos, imagens e simulações. O processo de aprendizagem segue a sequência do ouvir e falar, ler e escrever. As atividades são de compreensão de textos gramática.

3) Perspectiva audio-lingual

Influenciada pelo behaviorismo de Burrhus Frederic Skinner (1804 – 1990) e pelo estruturalismo de Ferdinand Saussure (1859 – 1913). Tem como foco fazer o aluno adquirir o domínio do idioma, naturalmente.

Suas estratégias de ensino são: audição, repetição e memorização e exercícios orais de palavras e frases feitas para que o aprendizado ocorra através de reflexos condicionados.

4) Perspectiva Sociointeracionista



Com base no pensamento do psicólogo russo Lev Vygotsky (1896-1934) que começou seu desenvolvimento na década de 1970. É também denominada de teoria sociocultural. Não defende nenhum método científico. Tem como foco aprender a língua nos contextos em que ela utilizada, de fato. Estratégias de ensino: criação de situações reais do uso do idioma, com atividades, envolvendo a comunicação entre as pessoas e o uso de diversos gêneros textuais e orais e sua reflexão.

Segundo essa perspectiva, os principais instrumentos para trabalhar são os diversos gêneros textuais. Segundo Walkyria Monte Mór (USP) há discussões sobre os tratamentos e os multiletramentos (escritos no plural por se tratar de gêneros escolarizados (narração, dissertação), e outros de utilização social, como a página de um site ou um manual de um aparelho eletrônico o que requer novas habilidades de leitura que permitam o interrelacionamento com textos, cores, movimentos, design, imagens e sons.

Afirma Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ) e um dos autores dos PCN's: "Uma atividade com hip hop com uma turma apreciadora do estilo permite refletir sobre diferentes realidades e modos de viver". Por essa razão, o trabalho com gêneros também torna possível o estudo de questões, relacionadas à diversidade cultural e social.

O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

O inglês, nos dias atuais, é a língua nativa de mais de meio bilhão de pessoas, no mundo, apenas, do centro, mas também para a periferia mundial. Provavelmente, o inglês é o único idioma que apresenta mais falantes não nativos do que nativos. Para cada falante, há três falantes não nativos (SIQUEIRA, 2005, p.14).

A importância de ensino do inglês pode trazer resultados ao nos depararmos com os discursos construídos em inglês numa variedade de meios de comunicação: televisão, internet, livros, propagandas. "A língua inglesa é, atualmente, responsável por grande parte das informações que são disseminadas a respeito dos fatos que acontecem em todo o planeta" (LOPES, 2003).

Segundo Rejagoplan (2005) "o significado do ensino do inglês passa pela importância que os pais dão em promoverem aos seus filhos o conhecimento dessa língua



estrangeira, colocando-a não, somente como uma segunda língua, mas, sobretudo, como um determinante para o crescimento pessoal e profissional dos seus filhos”.

Daniels (2001, p.10) vê a linguagem como o mais poderoso e penetrante dos dispositivos semióticos que funciona como ferramenta psicológica na construção da consciência individual”. Diante dessa afirmação, verifica-se que esse autor mostra uma percepção de aprendizagem da língua como produtora de sentidos no qual ha uma criação e uma descrição contínua.

Percebe-se que o ensino da língua deve ter como ponto de partida para a aprendizagem, uns fatores importantes, como: Um constante relacionamento com o cotidiano, como um fator que ocorre na rotina diária das pessoas, satisfazendo ao individuo suas necessidades pessoais.

Contudo, observam-se certos entraves ao se falar sobre o dia a dia das pessoas, entraves estes que advem de uma época em que a língua inglesa era considerada como apolítica e agente do imperialismo americano (ver sobre história da lingua inglesa), e na qual o ensino tenha como base a descontextualização sem significância social.

Foi no inicio dos anos 1970, frente à ideia de competência comunicativa, que o ensino do inglês passou a ser visto como uma habilidade funcional onde as regras gramaticais não eram suficientes, mas deveriam incluir, também, “[...] uma competência pragmática, exigida para a interpretação, expressão e negociação de sentido ao contexto imediato da situação de fala. Há um deslocamento da forma (correção gramatical) para o sentido (fluência comunicativa), passando a ser o foco das atividades de sala de aula.

Esse enfoque comunicativo entra em seu declínio, a partir do momento onde os teóricos começam a fazer questionamentos sobre o caráter apaziguador e harmônico do ensino do inglês como um meio de conhecimento, de cultura e de fazer amigos.

Ao contrário de muitos países da União Europeia, da Ásia e da África, onde o ensino desenvolvido ocorre por um período relativamente longo, com objetivos explicitados e os referenciais teóricos bem constituídos, na América do Sul a expansão do ensino do inglês se dá de forma aleatória. No que se refere ao cenário educacional brasileiro, a aprendizagem desse idioma se mostra em uma teorização incipiente. Esses comentários que acabaram de ser feitos são fundamentados por Rocha (2006).

“Em grande parte das escolas do setor público, reconhece-se, na literatura, uma ineficiência em relação ao ensino “(OLIVEIRA, 2003).



Percebe-se, nos dias atuais, que, para a maioria dos professores de inglês não deve haver a preocupação pela formação social do aluno. Porque a missão de educar se delega apenas às disciplinas básicas no ensino regular e às famílias, mais especificamente, em escolas públicas nos quais observam a relação entre ensino-aprendizagem do inglês de forma preconceituosa. Os professores, em sua maioria, considera, que alunos estão incapacitados de aprender um novo idioma já que, apresentam dificuldade em aprender o próprio português.

Segundo Piccoli (2006, p.2) o professor “a língua estrangeira preocupa-se apenas na transmissão dos conteúdos linguísticos”. Para esse teórico, os professores tem deixado a parte mais séria da língua estrangeira como parte relevante da educação integral do ser humano, não reconhecimento, muitas vezes da importância do ensino de, pelo menos, uma língua extra como fundamental na educação dos sujeitos.

A sala de aula se transforma, muitas vezes, em um campo repleto de conflitos e incentivos por parte dos professores diante do próprio trabalho.

Kelly (2000) destaca que, devido a muitos professores terem falta de tempo para se capacitarem e dominarem, totalmente, o idioma no que torna difícil a relação de ensino na sala de aula. Além desses, ainda há aqueles professores que apresentam dificuldades na pronúncia e, ainda, relatam a ausência de apoio pedagógico por parte da Instituição. De fato, para um brasileiro, a diferença entre os dois idiomas é um fator complicador.

Com o auxílio de Freire e Shor (1993, p.48), pode-se dizer que, independente da disciplina que lhe seja conferida, deve ser, acima de tudo, um educador libertador, [...] atento para o fato de que a transformação não é apenas uma questão de métodos e técnicas. A questão da educação libertadora é estabelecer uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade [...].

Segundo Deo e Duarte (2004) o professor deve ser mais um profissional que envolve, expressa e constrói apreciação. Vygotsky (1998) afirmou que, os professores, frente às dificuldades, deveriam buscar novas maneiras que servissem de estímulo para o trabalho colaborativo, ao potencializar o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Para que isso se tornasse possível, o ideal para o ensino seria a organização do ambiente, bases para o aprendiz sentir-se estimulado à aprendizagem. Considera Piccoli (2006, p.8) que o ensino do inglês implica num acordo para a construção de análises e de



sínteses, com o objetivo do viver e do agir em sociedade, “[...] trabalhando partes e vislumbrando o todo complexo”.

Considerando afirmações feitas por teóricos como Almeida Filho (1998) e Piccoli (2006, p.5), chega-se à conclusão de que é possível dizer que, na prática da língua inglesa, muitas vezes, é necessário que o professor deixe sua “mesa” ao se aproximar de seus alunos, onde o “saber” consiste em aprender a compartilhar representações e estímulos.

Como diria Freire (2003, p.47) “ensinar ação é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou para sua construção”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do estímulo de seus professores, no processo de alfabetização, o aluno deve aprender a consultar, tanto o dicionário como a gramática. A ausência de hábitos como esses, prejudica, não só o desenvolvimento do aluno enquanto um ser social, como também afeta sua curiosidade científica, pois ele sempre estará na dependência de outras pessoas na hora de produzir, ou não se preocupará com sua responsabilidade no momento de sua produção.

Cabe lembrar ainda que o ensino da gramática normativa, sobretudo, é útil para subsidiar o usuário em suas necessidades textuais e orais, garantindo inclusive, que o falante da língua conheça o funcionamento de sua própria língua materna ao possibilitar a total noção de características essenciais que pertençam à sua cultura.

Uma parcela de professores concorda que o que deve ser mudado é o método de ensino, pois acredita que para esses professores, a partir da sua relevância, a gramática deve ser conhecida (e não omitida) pelos usuários da língua para que, posteriormente, o aluno não tenha que fazer perguntas como: “Gramática? O que é isso?” A questão para esses professores é muito simples: deve haver harmonia na relação entre o ensino da gramática normativa e descontextualizada, sem que as regras gramaticais e as tecnologias tenham que ser descartadas, por que são fundamentais para o desenvolvimento cultural e social dos alunos.

A maioria dos professores parte do princípio de haver uma necessidade de fazerem uma análise dos vários tipos de gramáticas adotadas pelas Instituições de ensino



fundamental e médio, passando de maneira rápida, por partes de algumas concepções antigas que levaram a considerá-la como está em seu estágio atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços teóricos, uma das maiores discussões no âmbito educacional é, exatamente, o ensino de língua portuguesa, por vir sendo considerado “arcaico”, devido ao uso de métodos totalmente teóricos sem nenhuma significação e/ou aplicabilidade na vida dos alunos que, por sua vez, quase sempre, não conseguem relacionar teoria gramatical e a prática de texto.

Há muitos professores resistentes à mudança que defendem o ensino da gramática normativa nas escolas, apenas vinculadas à nomenclatura. Talvez, pela ausência de fundamentação teórica, não foram convencidos que o ensino da gramática deve ocorrer de forma contextualizada. O “saber escrever” está diretamente ligado à prática da leitura e da escrita, que devem ter seu respaldo nas regras gramaticais. Outra consideração a ser dada é a de que dar nomes às partes não vai contribuir para o processo de leitura e de produção textual dos nossos educandos.

É preciso alertar que o ensino de nomenclatura sem aplicabilidade levará o aluno a correr o risco de permanecer no plano das suposições, e não, no da certeza.

A abordagem sócio-interacionista valoriza a participação do aluno, diferentemente das abordagens em que o professor aparece como modelo. O psicólogo israelense Rubem Ferstein defende o papel da mediação diferente como auxílio para as crianças adquirirem conhecimentos e estratégias que as levarão à autonomia e a ajudá-las a resolverem problemas.

Para mudar a maneira de ensinar, há programas de formação continuada introdução de diferentes maneiras de ensinar, com base em conceitos como o sócio-interacionista. Contudo, nos cursos de graduação, é que deveriam dar início a esses programas de formação continuada.

Há algumas deficiências comuns às faculdades de letras. Uma das quais é a pouca atenção que se dá às proficiência do idioma uma vez que há professoras que não dominam as quatro habilidades essenciais para o ensino de língua estrangeira; outra, é a ausência



de novas práticas no currículo, essencialmente, o trabalho com gêneros. As grades disciplinares, geralmente, apresentam poucos momentos dedicados à didática.

A formação completa, contudo, deveria-se incluir a abordagem sócio-interacionista, sem invalidar nenhuma estratégia, mesmo aquelas específicas de outras abordagens “existem atividades dos métodos tradicional e audiolingual, por exemplo, que podem ser usados em algumas situações, desde que sejam significativas para turma e que estejam dentro dos objetivos de aprendizagem”, acrescenta Luiz Paulo da Moita Lopes.

Pôde-se observar neste estudo, aqui realizado, que a relação ensino-aprendizagem do inglês em escolas públicas, segundo o referencial teórico, há uma imobilidade, relacionada ao ensino da língua inglesa, que advém de problemas culturais, econômicos e sociais, além de considerar que também ocorrem as próprias dificuldades inerentes ao professor ao disseminar o conhecimento de um idioma que, também a ele, o inglês, muitas, vezes, vai fazer parte do seu próprio cenário cultural e social.

Apesar do discurso da relevância do inglês para o crescimento social e profissional dos indivíduos, as dificuldades encontradas no cenário brasileiro ultrapassam, em muitos casos, o âmbito da escola pública.

A realidade faz com que as pessoas se deparem com um ensino carregado de incertezas e conflitos. À luz dos estudos de Freire (2003), percebe-se o processo de ensino-aprendizagem do inglês como possível apenas, de chegar-se a construir um enredo, um com o cotidiano professor / aluno e quando for possível conseguir se permear (o ensino do inglês) de experiências, expressões e sentidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. de; **Discussões no ensino de línguas**. Campinas: Pontes, 1998.

BARCELOS, A. M. F.; **Narrativas, crenças e experiências de aprender inglês**. Linguagem e Ensino. Vol 8. N 2. P145-175. Sul / Dez, 2006.

DANIEL, Carlos H.; **Vygotsky e a pedagogia**. São Paulo: Layola, 2001.



DEO, A. S. R. DUARTE, M. L.; **Análise do livro didático as diversas abordagens a métodos aplicados ao ensino de língua estrangeira.** Revista eletrônica Unibero de produção científica. Sec, 2004. Disponível em: <http://www.unibro.edu.com.br/>. Acesso em 06/05/2020.

FREIRE, P.; **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P.; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GRUNDY, S. **Producto e práxis del curriculum.** Madri: Morta, 1991

KELLY, G.; **How to teach pronunciation. Essay:** Pearson Education Limited, 2000.

LIMA, F. F. de; SALES, L. C.; **Professores de inglês do ensino básico: representações sociais do aluno de escola pública.** Alagoas: Anais 18ª EPENN – Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 2007.

MOITA LOPES, L. P.; **Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino / aprendizagem de línguas.** São Paulo: Mercado de letras, 1996.

MOITA LOPES, L. P.; **A nova ordem mundial, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de inglês no Brasil: a base intelectual.** *Inn:* BÁRBARA, L.; RAMOS, R. C. G. (Org.); Reflexões e ações no ensino – aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

PACHECO, J. A. B.; **Área escolar: projeto educativo, curricular e didático.** Revista Portuguesa de Educação. V.7. n 1-2. P.48-80, 1994.

PICCOLI, M. C.; **O educador em língua dominante e o desenvolvimento sustentável.** Revista X. V.1. p.1-16, 2006.

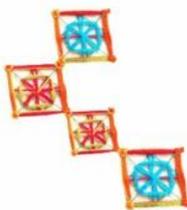
RAJAGODALAN, R.; **The ambivalent roles of English in Brazilian politics World Englishes,** V.22. n 2. P.31-101, 2003.

ROCHA C. H.; BASSO, E. A. (orgs); **Ensinar e aprender línguas estrangeiras em diferentes idades.** Editora Educat.

SIQUEIRA, S.; **O desenvolvimento da consciência cultural crítica como forma de combate à suposta alienação do professor brasileiro de inglês.** Revista Inventária. n.4. Julho / 2005.

VYGOTSKY, L.; **A construção do pensamento da linguagem.** Editora Martins Fontes.

VYGOTSKY, L.; **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.



**Educação como (re)Existência:
mudanças, conscientização e
conhecimentos.**

15, 16 e 17 de outubro de 2020

Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso - Maceió-AL